

especial

Globalizar a ação sindical é o desafio do século

O processo produtivo está globalizado e desafia os(as) trabalhadores(as) a “pensar grande”



5 razões para fortalecer a ação sindical internacional

1. Os trabalhadores e trabalhadoras passam a conhecer a realidade de seus companheiros(as) nos demais países e tomam consciência da exploração;
2. Fortalece as negociações por melhores salários e condições de trabalho;
3. Aumenta a solidariedade entre os trabalhadores da mesma empresa em diferentes países;
4. Impede a migração das plantas de acordo com a fragilidade das leis trabalhistas de cada país;
5. Expõe as marcas produzidas pelas empresas em caso de trabalho precário e desrespeito às legislações trabalhistas.

A palavra da vez continua sendo “globalização”. Em tese, significa o aprofundamento da integração econômica e política entre os países dos diversos continentes do globo, mas na prática tem um significado muito mais abrangente. No processo de globalização, a integração econômica é centrada no lucro e não significa que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras também sejam integrados.

Empresas de todo o globo migram suas plantas com objetivo único e exclusivo de aumentar o lucro. Buscam, de preferência, países com estrutura sindical frágil, grande número de desempregados e legislação trabalhista precária, aliada à falta de estrutura do Estado em fiscalizar. Dessa forma, países como Brasil, México e Argentina, por exemplo, se tornam um solo fértil para o aprofundamento da exploração, mas os sindicatos estão reagindo e construindo redes internacionais de trabalhadores para equalizar os direitos e os salários.

Salários:

A diferença salarial entre os trabalhadores da mesma empresa em diferentes países é algo assustador e os benefícios pagos para os trabalhadores dos países-sede são negados aos empregados em nações mais pobres.

Reforma trabalhista de Temer aprofunda exploração



A reforma trabalhista anunciada pelo Ministro do Trabalho de Michel Temer, Ronaldo Nogueira, aprofundará a exploração e dificultará a luta dos trabalhadores brasileiros para a equalização de direitos nas plantas das multinacionais.

Uma das principais mudanças será na forma de contrato que poderá ser por hora trabalhada, pondo fim às folgas e férias remuneradas. Outra questão bastante preocupante será o aumento do limite da jornada de trabalho para 12 horas.

Apesar do Governo ter tentado “acalmar” os trabalhadores, dizendo que as novas regras serão opcionais, quem escolherá a forma de contrato será o patrão, ou seja, com o tempo, a legislação trabalhista atual cairá em desuso e os trabalhadores serão ainda mais explorados.

NENHUM DIREITO A MENOS!!

Dia Nacional de Paralisação
22/09 e Rumo à Greve Geral

